



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL DOS SÍTIOS RAMSAR AMAZÔNICOS: desafios e lições aprendidas após 50 anos da Convenção

Heloisa de Camargo Tozato¹
htozato@usp.br

(x) Apresentação Oral (GT)
() Exposição de Banner
GT pretendido: 4

RESUMO

O estudo analisa os desafios e as lições aprendidas na gestão pública dos sítios Ramsar amazônicos após 50 anos da Convenção, com base na análise documental dos Relatórios Nacionais mais recentes das Partes Contratantes. A pesquisa, de natureza qualitativa, identifica pressões antrópicas, fragilidades institucionais, limitações financeiras e incipiência de participação social como obstáculos recorrentes à implementação da Convenção. Os resultados evidenciam que o fortalecimento da governança, a articulação intersetorial, a adoção de planos de manejo e a aproximação da agenda das áreas úmidas às políticas setoriais dialogam com abordagens adaptativas na conservação dos sistemas socioecológicos amazônicos.

Palavras-chave: Convenção de Ramsar; PAN-Amazônia; gestão adaptativa; governança ambiental; política internacional

INTRODUÇÃO

As áreas úmidas constituem o mais produtivo e maior sistema de suporte dos seres vivos e um dos mais relevantes ao bem-estar humano (HALLS, 1997). Suas funções ecossistêmicas permitem serviços ecossistêmicos de provisão, regulação, suporte e serviços culturais, com benefícios diversos à humanidade (Maltby et al, 1996). São internacionalmente protegidas desde 1975, quando o texto da Convenção de Ramsar entrou em vigor. Atualmente, 172 países são partes contratantes e se comprometeram a designar e a proteger áreas úmidas significativas, denominadas sítios Ramsar.

Em 2025, a Convenção completou 50 anos. Contudo, segundo Ramsar (2025a), o marco normativo global para a proteção das áreas úmidas falhou em conter a perda e a degradação desses ecossistemas. O relatório afirma que, apesar dos avanços institucionais, a trajetória tem sido de declínio contínuo dos territórios (Ramsar, 2025a). Como exemplo, os sítios Ramsar amazônicos encontram-se sob pressões ambientais,

¹ Bióloga, Doutora em Ciência Ambiental pela USP e em Geografia pela Université de Rennes 2 (França). Desenvolveu o Pós-Doutorado no Joint Research Centre da Comissão Europeia. É docente do Bacharelado em Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Pesquisadora do Laboratório Mundos em Transição (CNRS-USP), São Paulo-SP.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

institucionais e epistêmicas que desafiam os modelos tradicionais de gestão (Kumar et al., 2021).

Segundo o Plano Estratégico de Ramsar 2025–2034, é necessário reorientar a estratégia global, corrigir limitações históricas e fundamentar a adoção de uma abordagem transformadora e adaptativa. Para tanto, o Plano orienta o uso dos dados empíricos das Partes contratantes a respeito dos principais desafios na implementação da Convenção para fomentar mudanças de abordagem na gestão (RAMSAR, 2025b). No contexto amazônico, a Iniciativa Regional para a Conservação e o Uso Sustentável das Zonas Úmidas na Bacia Amazônica (RRI-Amazônia), composta pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, aponta a importância de se conhecer os problemas compartilhados e as lições aprendidas do macro território amazônico (RAMSAR 2025c).

Considerando a importância de se conhecer esses dados, o presente trabalho visou analisar os principais desafios de gestão, bem como as lições aprendidas, apontados pelas partes contratantes da RRI-Amazônia na implementação da Convenção na região amazônica.

METODOLOGIA

A presente pesquisa parte de uma metodologia qualitativa, descritiva e exploratória, baseada na análise documental (Moreira, 2005), dos dados dos Relatórios Nacionais das partes contratantes da Convenção de Ramsar com sítios na região amazônica. Desta forma, todos os parágrafos dos Relatórios que descreveram ou indicaram os principais desafios na implementação da Convenção e/ou as lições aprendidas, foram destacados e sistematizados em planilha separada. A análise concentrou-se no conjunto dos relatórios mais recentes submetidos à Convenção, conforme apresentado no Quadro 1.

ÁREA DE ESTUDO: SÍTIOS RAMSAR AMAZONICOS

No presente estudo, o recorte utilizado para representar a Pan-Amazônia constitui o da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), que considera a conectividade ecológica, hidrológica e sociocultural da Amazônia. Ele integra áreas de floresta amazônica contínua, zonas de transição ecológica, territórios indígenas, áreas protegidas e regiões funcionalmente conectadas aos sistemas amazônicos, indo além dos limites da drenagem direta do rio Amazonas (Bustamante et al, 2025).

Na região estudada há 33 sítios Ramsar, totalizando 36.5 milhões de hectares de áreas úmidas protegidas perante a Convenção. Desses, 30 localizam-se nos países da RRI-Amazônia (Figura 1, Quadro 1).

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongo2026@unir.br

[@vcongo2026](https://www.instagram.com/vcongo2026)

vcongo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança



Figura 1. Sítios Ramsar amazônicos. Fonte: Elaboração própria a partir de RAMSAR (2025d).

Quadro 1. Características dos países da RRI-Amazônia e da Guiana Francesa perante a Convenção de Ramsar.

País	Adesão à Convenção de Ramsar	No de sítios Ramsar em território amazônico	Área Total de sítios Ramsar em território amazônico (ha)	Relatório Nacional mais recente
Bolívia	1990	05	7.594.939	COP14
Brasil	1993	08	21.498.893,22	COP15
Colômbia	1998	03	334.622,87	COP15
Equador	1991	07	906.280,47	COP15
Guiana	Não aderente	Não aderente	Não aderente	Não aderente
Guiana Francesa	1986	03	224.400	COP15
Peru	1992	05	5.963.557,73	COP15
Suriname	1985	01	12.000	COP14
Venezuela	1988	Não há	Não há	COP15

Fonte: Elaboração própria a partir de RAMSAR (2025d). O número de sítios Ramsar e a área total foram analisados conforme o limite territorial amazônico proposto pela RAISG.

ANÁLISE DE RESULTADOS

PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO REGIONAL DOS SÍTIOS RAMSAR

De acordo com Bustamante et al. (2025), os desafios estruturais e sistêmicos que comprometem a integridade ecológica, social e hidrológica da região amazônica incluem a ruptura da conectividade ecológica e hidrológica; a intensificação das

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

@vcongeo2026

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

pressões antrópicas associadas a modelos econômicos extrativos; a fragilidade da governança territorial e transfronteiriça da Pan-Amazônia; a elevada vulnerabilidade frente às mudanças climáticas, que alteram regimes hidrológicos, padrões de inundação e ciclos ecológicos; e a limitada incorporação dos saberes e dos direitos de povos indígenas e comunidades locais nas estratégias de conservação.

No presente estudo, observa-se que Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Suriname e Peru indicam que atividades produtivas e de infraestrutura, como agricultura, pecuária, mineração, turismo intensivo, obras viárias e empreendimentos hidrelétricos, exercem as maiores pressões sobre os Sítios Ramsar. Colômbia, Peru e Equador destacam que a delimitação insuficiente das áreas úmidas, associada à ausência ou incipiência de inventários nacionais consolidados e à limitação de dados atualizados favorece a expansão desses usos produtivos, dificultando a adoção de medidas efetivas de conservação. No Brasil, embora exista o Inventário Brasileiro de Zonas Úmidas (Junk e Cunha, 2024), o Relatório Nacional reconhece que a gestão de sítios extensos e ecologicamente conectados, como os amazônicos, permanece limitada. Na Bolívia e Suriname, as pressões antrópicas são associadas à fragilidade institucional, à ausência de instrumentos específicos de gestão e, principalmente, à escassez de recursos financeiros.

A insuficiência de recursos financeiros, técnicos e de pessoal qualificado é apontada como um dos principais limitantes à gestão efetiva dos Sítios Ramsar amazônicos. Os governos reconhecem que a gestão das áreas úmidas não ocupa posição central nas prioridades orçamentárias nacionais, resultando em financiamento insuficiente, implementação de ações pontuais e dependência de cooperação internacional. Mesmo nos países que dispõem de leis, estratégias ou políticas específicas para as áreas úmidas, como Peru, Colômbia, Equador e Brasil, os recursos alocados são considerados incompatíveis com as demandas de gestão. Nos casos da Bolívia e do Suriname, a limitação de recursos leva à fragilidade institucional, com estruturas reduzidas, alta rotatividade de pessoal técnico e limitada especialização em gestão de áreas úmidas.

A baixa articulação entre diferentes esferas de governo e setores institucionais constitui outra problemática. Equador, Colômbia e Peru expõem suas dificuldades de coordenação entre órgãos ambientais nacionais, governos subnacionais e setores produtivos, evidenciando sobreposição de competências, fragmentação de responsabilidades e ineficiências na implementação das ações de conservação.

Por fim, os Relatórios Nacionais evidenciam a persistência de conflitos socioambientais relacionados a questões fundiárias, uso dos recursos naturais e processos de tomada de decisão envolvendo povos indígenas, populações camponesas e outros grupos locais. Embora os países relatem avanços na adoção de instrumentos participativos, a tomada de decisão permanece majoritariamente masculina, concentrada em instâncias governamentais centrais e hierarquizadas, com participação predominantemente consultiva e limitada incidência sobre decisões estratégicas. A participação de mulheres e juventudes, quando mencionada, ocorre de forma incipiente, restrita a ações educativas e atividades locais. Todos os governos

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongeo2026](https://www.instagram.com/vcongeo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.vcongeo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

reconhecem que essas limitações comprometem a legitimidade e a efetividade da gestão dos Sítios Ramsar amazônicos, fragilizando a construção de políticas ambientais territorialmente enraizadas e socialmente legítimas.

LIÇÕES APRENDIDAS DA GESTÃO REGIONAL DOS SÍTIOS RAMSAR

A análise dos relatórios nacionais da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Suriname e Peru evidencia que as lições aprendidas na gestão dos sítios Ramsar parte da superação das dificuldades elencadas. Indicam, por exemplo, a importância do fortalecimento e reativação dos comitês nacionais de zonas úmidas (CNZU) e sua articulação entre diferentes esferas e setores governamentais. No caso do Brasil, a reativação do CNZU após a COP14 parece ter possibilitado a atuação como instância de coordenação federal, com participação paritária entre governo e sociedade civil e com mandato ampliado nas políticas de recursos hídricos, biodiversidade e adaptação climática. A Colômbia relata melhorias na articulação entre o Ministério do Ambiente e as Corporações Autônomas Regionais, o que permitiu maior clareza na definição de competências e responsabilidades de gestão.

Na escala local, outro ponto constitui a elaboração, implementação e atualização de planos de manejo das áreas protegidas que coincidem total ou parcialmente com sítios Ramsar, e que contribuem com a gestão nos territórios por meio de instrumentos como o zoneamento, normas de uso e ocupação do solo, programas de monitoramento e fiscalização, ações de restauração ecológica e mecanismos participativos locais.

Observa-se, no presente estudo, que a aprendizagem institucional dos países dialoga com a abordagem da gestão adaptativa por conta da aprendizagem contínua e do ajuste de estratégias em resposta às mudanças socioambientais. O Peru, por exemplo, incluiu a proteção das áreas úmidas na sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDCs) perante o Acordo de Paris da Convenção do Clima. Já os governos do Brasil, Equador e Colômbia indicam relações indiretas alinhadas às políticas climáticas nacionais e aos compromissos assumidos nas NDCs. Essas disparidades também demonstram a desigualdade no avanço da implementação pelos países, conforme aponta Tozato (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho analisou os principais desafios de gestão e as lições aprendidas pelas Partes Contratantes de Convenção de Ramsar na região amazônica. Observam-se elementos da gestão adaptativa nas escalas de gestão; contudo, os avanços permanecem insuficientes para assegurar a efetividade da conservação desses sistemas sociobiodiversos. Conforme indicado no Plano Estratégico da Convenção (Ramsar, 2025b), a reversão desse quadro exige transformações profundas nas relações entre sociedade e áreas úmidas, envolvendo mudanças nos valores, nos arranjos de governança, nas políticas públicas e nas práticas econômicas. À luz dos desafios comuns identificados e das diretrizes do Plano,

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

sugere-se que a iniciativa regional de Ramsar (2025c) fortaleça o seu papel estratégico como instância de articulação para a captação de financiamento internacional, promoção de diretrizes regionais, garantia da participação social e protagonismo de mulheres e juventudes nos espaços decisórios. Adicionalmente, que fomenta processos de apropriação social dos sítios como territórios de vida, reforçando o reconhecimento do seu caráter socioecológico, alinhado aos processos de transições socioecológicas orientadas ao bem-viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUSTAMANTE, M. et al. The Amazon Beyond Borders: Regional Collaboration to Manage Shared Resources and Address Common Challenges. In: Pena-Laros et al. (org.). **Amazon Assessment Report**, 2025, p.215-259.
- CONVENTION ON WETLANDS (RAMSAR). **Global Wetland Outlook 2025**. Gland, Switzerland: Secretariat of the Convention on Wetlands, 2025a, 80p.
- CONVENTION ON WETLANDS (RAMSAR). **Resolution XV.3 The Strategic Plan of the Convention on Wetlands 2025-2034**, 2025b, 13p.
- CONVENTION ON WETLANDS (RAMSAR). **Regional Initiative for the Conservation and Sustainable Use of Wetlands in the Amazon River Basin.**, s.d., 2025c, 4p.
- CONVENTION ON WETLANDS (RAMSAR). **Ramsar Sites Information Service**, 2025d.
- FOLKE, C. et al. Adaptive governance of social-ecological systems. **Annu. Rev. Environ. Resour.**, v. 30, n. 1, p. 441-473, 2005.
- HALLS, A.J. **Wetlands, biodiversity and the Ramsar convention: the role of the convention on wetlands in the conservation and wise use of biodiversity**. Ramsar Convention Bureau, Gland: Switzerland, 1997.
- IPBES. **Thematic Assessment Report**. O'Brien, K., Garibaldi, L., and Agrawal, A. (eds.). IPBES secretariat, Bonn, Germany, 2024
- JUNK, W.; CUNHA, C. **Inventário das áreas úmidas brasileiras: Distribuição, ecologia, manejo, ameaças e lacunas de conhecimento**, 2024.
- KUMAR, R. et al. Wetland ecological character and wise use: towards a new framing. **Marine and Freshwater Research**, v. 72, n. 5, p. 633-637, 2020.
- MALTBY, E.; HOGAN, D. V.; MCINNES, R. J. (Ed.). **Functional Analyses of European Wetland Ecosystems: The Function of River Marginal Wetland Ecosystems**, 1996.
- MOREIRA, S.V. **Análise documental como método e como técnica. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 269-279, 2005.
- TOZATO, H.C. **Impactos das mudanças climáticas na biodiversidade das zonas úmidas: uma análise sobre políticas públicas e gestão no Brasil e da França**. Tese em cotutela (Doutorado), USP e Rennes 2, 2015, 409p.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/